



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**Emitente:** Unidade Central de Controladoria Interna

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Santa Leopoldina

**Gestor Responsável:** Sergio Angeli Lago (Vereador-Presidente)

**Exercício:** 2021

**I- Introdução**

A Unidade Central de Controle Interno da Câmara Municipal de Santa Leopoldina atuou no exercício de 2021 através das atividades desempenhadas por sua equipe formada por um servidor, tendo formação em Ciências Contábeis com registro no CRC/ES (abaixo assinados).

O Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI (aprovado através da Portaria 102/2020, de 30 de dezembro de 2020), para o exercício de 2021, preveu a realização de auditoria e simultaneamente os demais setores administrativos. Além das atividades previstas no planejamento, a equipe deste Controle Interno utilizou grande parte de seu tempo na realização de reuniões e orientações junto aos setores dessa Administração, difundindo as boas práticas administrativas, no intuito de prevenir falhas e prejuízos.

Considerando o ingresso desse servidor em Janeiro/2021 (Portaria nº. 012/2021), cabe salientar que esta Unidade Central de Controle Interno exerceu efetivamente sua atividade por meio de conferência de documentos e processos inerentes à Prestação de Contas Anual desta Câmara Municipal.

**Itens de abordagem prioritária.**

**1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.1.2	Despesa – realização	Processos Administrativos n.º 012/2021, 015/2021, 021/2021,			95 (processos)	20 (processos)



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	sem prévio empenho	025/2021, 031/2021, 034/2021, 040/2021, 041/2021, 044/2021, 052/2021, 063/2021, 065/2021, 076/2021, 077/2021, 081/2021, 096/2021, 109/2021, 122/2021, 201/2021, 210/2021.	Lei 4.320/64, art. 60	Conferência documental.		
--	--------------------	---	-----------------------	-------------------------	--	--

**1.2. Gestão Previdenciária.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	DEMCPA DEMCSE FOLRGPS BALVER Relatório Previdenciário RGPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conferência documental	12 (meses)	12 (meses)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	DEMCPA, DEMCSE FOLRGP, BALVER, Relatório da Folha de Pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	DEMCPA DEMCSE FOLRGP BALVER Relatório da Folha de Pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	DEMCSE FOLRGP BALVER Folha de Pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	DEMCPA DEMCSE FOLRGP BALVER Folha de Pagamento Relatório de Situação Fiscal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.8	Medidas de Cobrança Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	DEMCPA DEMCSE FOLRGP BALVER Folha de Pagamento	LRF	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**1.3. Gestão patrimonial.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Tabelas 10,11,12,13,14,15,16,17, TERALM, TERMOV, TERIMO, TERINT Inventário Anual dos Bens BALVER	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conferência documental.	12 (meses)	12(meses)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Inventário Anual dos Bens	Lei 4.320/1964, art. 94.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	TVDISP Extratos Bancários Contabilidade Extratos Bancários Instituição Financeira	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conferência documental.	01 (Instituição Financeira)	01 (Instituição Financeira)
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	TVDISP Extratos Bancários Contabilidade Extratos Bancários Instituição Financeira	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conferência documental.	12º mês	12º mês

**1.4. Limites Constitucionais e Legais.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	Folha de Pagamento Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 18.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de	Folha de Pagamento	LC 101/2000, art. 21.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	limites – nulidade do ato	Leis nº 1735/2020, 1729/2020				
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Folha de Pagamento Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Folha de Pagamento Balancete Analítico da Despesa Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folha de Pagamento Ficha Financeira Detalhada do ano de 2021	CRFB/88, art. 169, § 1º	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Resumo Anual da Folha de Pagamento Movimento Financeiro	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Lei nº 1729/2020	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Folha de Pagamento Lei nº 1729/2020	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Folha de Pagamento Receita do Município de 2021	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Cálculo do Duodécimo para Exercício de 2021 Balancete Analítico da Despesa Orçamentária.	CRFB/88, art. 29-A.	Conferência documental.	12 (meses)	12 (meses)



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**1.5. Demais atos de gestão.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade e com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas.	Conferência documental.	01 PCA	01 PCA
1.5.2	Segregação de funções.	Processos Administrativos n° 012/2021, 015/2021, 021/2021, 025/2021, 031/2021, 034/2021, 040/2021, 041/2021, 044/2021, 052/2021, 063/2021, 065/2021, 076/2021, 077/2021, 081/2021, 096/2021, 109/2021, 122/2021, 201/2021, 210/2021.	CRFB/88, art. 37	Conferência documental	95 (processos)	20 (processos)

**2. Itens de abordagem complementar.**

**2.3. Gestão Patrimonial.**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.6*	Processos de fornecimento de combustível, manutenções preventivas e corretivas.	Processo Administrativo n° 128/2021 (manutenção), Processo Administrativo n°044/2021 (combustível).	Instrução Normativa STR n° 001/2014	Auditoria Interna	02 Processos	02 Processos

\*Item de abordagem complementar criado após a Tabela referencial Proposta

**II- Auditorias e outros procedimentos realizados**

**Gestão fiscal, financeira e orçamentária.**

Código	Achados	Proposições / alertas	Situação
1.1.2	Não houve despesa gerada sem prévios empenhos nos processos analisados	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que todas as despesas em análise foram realizadas com prévio empenho.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Gestão Previdenciária.**

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições / alertas</b>	<b>Situação</b>
1.2.1	Houve registro contábil de todos os pagamentos referentes as despesas com obrigações previdenciárias, porém foi detectado ao final uma diferença entre os relatórios DEMCPA, DEMCSE com o Relatório Previdenciário RGPS em algumas competências.	Encaminhamos o OF. UCCI N°016/2022, em 28/03/2022, solicitando esclarecimentos acerca do fato, e se for o caso evidenciar em Nota Explicativa.	Em resposta ao OF. UCCI n° 016/2022, o Diretor Financeiro informou que as divergências foram resultantes de parametrização no sistema de Folha e Recursos Humanos, na apuração do valor patronal. O mesmo anexou um Demonstrativo Previdenciário Mensal dos Valores Retidos dos Servidores e Efetivamente Recolhidos no Exercício que por sua vez reflete a realidade exposta.
1.2.2	Houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que houve o pagamento tempestivo das obrigações.
1.2.3	Não houve pagamento de multa ou juros por essa entidade.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que não houve registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com juros e multa acerca do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.
1.2.4	Houve a retenção e o repasse tempestivo das contribuições previdenciárias do servidor ao regime de previdência.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que houve a retenção e o seu respectivo repasse, e os mesmos obedeceram a seus respectivos prazos.
1.2.5	Não houve parcelamento de débitos previdenciários	Não houve proposições ou alertas.	Não há débitos em parcelamentos.
1.2.8	Não há créditos previdenciários a receber e parcelamentos a receber.	Não houve proposições ou alertas.	Não há cobrança de créditos previdenciários a receber e parcelamentos a receber.

**Gestão patrimonial.**

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições / alertas</b>	<b>Situação</b>
1.3.1	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis.	Houve um alerta quanto ao saldo da classe patrimonial de Estoques no Inventário Anual Sintético e o saldo da conta de Estoques no Balanço Patrimonial gerados dentro do Sistema CidadES, porém os relatórios disponibilizados conferem corretamente.	Constatou-se que as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis. Houve apenas um alerta quanto aos saldos dos relatórios gerados no Sistema CidadES, uma vez que os saldos no Sistema de Software se encontram corretos. Em resposta ao questionamento desta Unidade de Controle Interno, a Presidente da Comissão informou que contactou a equipe de Software e a partir do dia 25/03/2022 o saldo já se encontra com seu devido valor.
1.3.2	Os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização
1.3.3	Todas as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que todas as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais, feito processo de Circularização com a Instituição Financeira.
1.3.4	As disponibilidades financeiras (depósitos e as aplicações), estão evidenciadas nos extratos bancários	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, feito processo de Circularização com a Instituição Financeira.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Limites Constitucionais e Legais.**

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições / alertas</b>	<b>Situação</b>
1.4.6	Todas as despesas com pessoal, mão de obra terceirizada que se refere à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo de limite.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que os procedimentos foram realizados em observância às determinações legais.
1.4.7	Os limites com despesas com pessoal, estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que os limites estabelecidos foram cumpridos.
1.4.8	Não foi praticado ato que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que não houve descumprimento das determinações legais.
1.4.10	Não foi detectado qualquer desrespeito ou infringência ao artigo 22, parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que o limite foi cumprido pela gestão.
1.4.11	Não foi detectado infringência ao artigo 20 da LRF.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que o limite estabelecido foi cumprido pela gestão.
1.4.12	Não foi concedido qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título inobservando a inexistência prévia dotação orçamentária suficiente ou autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.13	Não foi detectado infringência ao artigo 29-A, §1, da Constituição Federal	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.17	Não foi detectado infringência ao artigo 29, inciso VI, da Constituição Federal, quanto a fixação.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.18	Não foi detectado infringência ao artigo 29, inciso VI, da Constituição Federal, quanto ao pagamento.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.19	Não foi detectado infringência ao artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal, quanto a despesa com remuneração dos vereadores.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.4.20	Não foi detectado infringência ao artigo 29, da Constituição Federal, quanto a despesa com remuneração dos vereadores.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.

**Demais atos de gestão.**

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições / alertas</b>	<b>Situação</b>
1.5.1	Os documentos integrantes da PCA em compatibilidade com o normativo do TCE	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.
1.5.2	Não foram constatadas infringências ao princípio da segregação de função.	Não houve proposições ou alertas.	Constatou-se que a legislação foi cumprida pela gestão.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Itens de abordagem complementar.**

**Demais atos de Gestão.**

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições / alertas</b>	<b>Situação</b>
2.3.6*	Licenciamento anual com pagamento atrasado.	Ao verificar junto à plataforma online do Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo, foram constatadas irregularidades quanto à documentação para circularização dos veículos, irregularidade essa que foi contatada ao Presidente da Câmara, que deu início ao processo de regularização dos débitos.	Todos os tributos e taxas para circulação dos veículos oficiais estão pagas dentro da competência,

\*Item de abordagem complementar criado após a Tabela referencial Proposta

**III – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG**

Por Fim, no exercício, não foram constatadas ocorrências outras quaisquer suficientes para ensejar procedimento de Tomada de Contas Especial.

Santa Leopoldina-ES, 30 de março de 2022.

**RAURUZO RAULINO LAASS E SILVA**

**Auditor-Chefe da Unidade Central de Controle Interno**